



**Estado de Mato Grosso**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**  
**CNPJ 37.465.002/0001-66**

**LEI MUNICIPAL N. 687/2012**  
**DE 29 DE JUNHO DE 2012**

**ESTABELECE ISENÇÃO DE IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISSQN PARA EMPREEDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL, INCLUÍDOS NOS PROGRAMAS VINCULADOS À POLÍTICA HABITACIONAL MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL E DE IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS REALIZADA INTER VIVOS, POR ATO ONEROSO – ITBI, PARA AQUISIÇÃO DOS CORRESPONDENTES IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FERNANDO GÖRGEN**, Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso das minhas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica isenta de tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN a construção de edificações e grupamentos de edificações de empreendimentos habitacionais de interesse social, destinados à população de baixa renda, incluídos em programas vinculados à política habitacional municipal, estadual e federal.

§ 1º. A isenção prevista no *caput* deste artigo abrange o período compreendido entre a data de protocolo do pedido de aprovação do empreendimento até a data de expedição do *habite-se*.

§ 2º. O disposto no *caput* deste artigo não gera direito de restituição se o tributo foi regularmente pago em momento anterior à publicação desta Lei.

**Art. 2º.** O valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, objeto da isenção de que trata o art. 1º, não poderá ser incluído no custo final da obra a ser financiado ao mutuário.

**Art. 3º.** Fica isenta do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, realizada *inter vivos*, por ato oneroso - ITBI, a primeira transmissão, ao mutuário, relativa a imóvel integrante de



**Estado de Mato Grosso**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA**  
**CNPJ 37.465.002/0001-66**

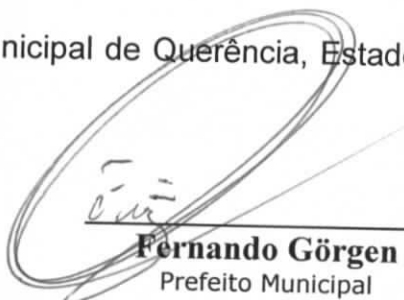
empreendimento habitacional de interesse social, que obedeça aos parâmetros previstos nesta Lei.

**Art. 4º.** Para efeito de aplicação desta Lei, entende-se por empreendimentos habitacionais de interesse social aqueles aprovados no Programa Minha Casa Minha Vida e também aqueles expressamente reconhecidos pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento como inseridos na política habitacional municipal, estadual e federal, destinados à população de baixa renda.

**Art. 5º.** O pedido de reconhecimento de isenção prevista nesta Lei será analisado pela Secretaria Municipal de Finanças após o pronunciamento da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, em 29 de junho de 2012.



**Fernando Görgen**  
Prefeito Municipal